

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Cronograma sobre a mesa

Nos bastidores, as apostas são de que a Procuradoria Geral da República (PGR) conclui no início de fevereiro sua análise sobre os indiciados pela Polícia Federal (PF) por envolvimento num plano de golpe de Estado. Oferecida a denúncia ao STF, o caso segue para a Primeira Turma, com previsão de conclusão dos trabalhos até o fim de 2025. A ideia é evitar que o processo seja contaminado pelo debate eleitoral.

## Gestos importam

Nas últimas 48 horas, o governo fez dois movimentos para tomar distância da decisão do STF sobre as emendas, a fim de tentar acalmar os parlamentares e garantir a votação do pacote de corte de gastos. O principal, na opinião dos políticos, foi a promessa de enviar, ainda hoje, um projeto que permita acelerar as liberações da área da saúde. O outro foi a Advocacia-Geral da União (AGU) entrar com embargos declaratórios no STF para saber o alcance das ressalvas de Dino.

## Tiro no pé

O Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, é um exemplo da inabilidade do governo em articular políticas públicas transversais para enfrentar as mazelas sociais em uma das regiões mais carentes do país. Recentemente, o governo incluiu 95 famílias quilombolas da comunidade do Baú no Programa Nacional de Reforma Agrária. O que chama a atenção é que apenas 33 dessas famílias moram na zona rural, enquanto o restante está estabelecida na área urbana de Araçuaí, fora da potencial área de demarcação.

## Quilombolas x agricultores

Além disso, vem aí um dilema para o governo resolver na sua política de justiça social. Os quilombolas reivindicam o direito histórico à terra como parte da preservação cultural de povos tradicionais. Os agricultores de subsistência argumentam que dependem dessas terras para sustentar suas famílias.

## Cabo de guerra pelo Orçamento trava Congresso

A menos de três semanas do fim do período legislativo, o Congresso usa todas as suas armas a fim de não perder o controle do Orçamento. As contas feitas pelos especialistas em legislação orçamentária no Parlamento projetam uma perda de R\$ 6 bilhões em emendas parlamentares, caso sejam mantidas as ressalvas incluídas na decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), chancelada pelo plenário da Corte. A única forma de resolver, avisam alguns

líderes, é os Três Poderes ficarem dentro daquilo que foi aprovado no Congresso — ou seja, mudando uma deliberação judicial. O impasse está posto.

\*\*\*

Em tempo: a decisão de Dino disseminou a desconfiança entre governo e Legislativo, porque desde o ano passado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenta retomar o controle do Orçamento — Dino é visto pelos partidos como quem o ajuda nessa empreitada.



## CURTIDAS

**Escolhas e coincidências/** O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o futuro presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galpólo, escolheram justamente o mesmo restaurante em que a Frente Parlamentar de Comércio e Serviços (FCS) reuniu a cúpula do Congresso para um jantar de fim de ano. Haddad e Galpólo chegaram antes das 20h e pediram uma mesa discreta, bem longe do burburinho da FCS.

**Antes que surjam as narrativas/** As posses dos presidentes dos Estados Unidos não contam com os presidentes de outros países. O protocolo por lá é da presença dos embaixadores e não há convites para os chefes de Estado e de governo.

Mauro Pimentel



**O périplo de Pezão/** Prefeito de Pirai (RJ), Luiz Fernando Pezão (foto), ex-governador do Rio de Janeiro, gastou sola de sapato esta semana, em Brasília, atrás das emendas para seu município. A maioria das pequenas cidades está com muita dificuldade em fechar as contas.

**Afagos/** O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), fez questão de dizer que foi fundamental o trabalho de articulação e convencimento do presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Julio Arcoverde (PP-PI), na questão da liberação das emendas. “Os argumentos do presidente Arcoverde foram decisivos para convencer o ministro (Alexandre) Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) a se empenhar na desburocratização do processo junto ao Ministério da Saúde, que vai receber a maior fatia dos R\$ 7 bilhões liberados”.

**E a Coreia, hein?/** A reação do Congresso sul-coreano à tentativa do presidente de impor uma lei marcial ao país foi vista no governo como um sinal de que é preciso se manter atento às tentativas de golpes de Estado.

## CONGRESSO

CCJ do Senado deve votar hoje proposta que extingue os chamados “terrenos de Marinha” e possibilita que tais áreas passem às mãos particulares. Nos bastidores, retorno da matéria é para Alcolumbre “pagar” à oposição pelo apoio na eleição à Presidência da Casa

## PEC das Praias volta ao apagar da luz

» CAMILA CURADO  
» FABIO GRECCHI

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deve votar hoje a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3, de 2022, que põe fim aos chamados “terrenos de Marinha” e permite que quem já utiliza ou está instalado nessa faixa de terra tenha condições de adquiri-la. A matéria foi apelidada de PEC das Praias depois que veio à tona uma polêmica que envolveu o jogador do Al-Hilal e da seleção brasileira Neymar e a atriz e influenciadora digital Luana Piovani. Ela o acusa de ter interesse na proposta por ser sócio de um empreendimento hoteleiro na costa pernambucana, mas o atleta nega.

A PEC chegou a ganhar impulso em maio, mas, devido aos intensos debates que provocou nas redes sociais, foi congelada. Mas, de acordo com os bastidores do Senado, foi desengavetada próxima do ano legislativo por um acordo entre o presidente da CCJ, senador Davi Alcolumbre (União-AP), e integrantes da oposição. A manobra seria uma forma de o parlamentar pelo Amapá “pagar” aos bolsonaristas pelo apoio à sua eleição à Presidência da Casa, em fevereiro do próximo ano.

O relator da PEC é o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que deu parecer favorável à matéria. Segundo ele, com a extinção dos “terrenos de Marinha”, isso poderia aumentar a arrecadação do governo — uma vez que as áreas seriam vendidas por meio da Secretaria do Patrimônio da União, ligada ao Ministério do Planejamento.

“Não estamos tratando ou tentando privatizar as praias, ou tentando impedir o acesso de ninguém. Acho que o governo está sendo burro de impedir

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Segundo Flávio, PEC permitiria ao governo mais arrecadação

## Lei de 1946

Os “terrenos de Marinha” têm demarcação instituída pelo Decreto-Lei 9.760, de 1946. Tais áreas são delimitadas em 33 metros contados a partir do mar, indo em direção ao continente ou ao interior das ilhas costeiras. A referência dessas demarcações utiliza como parâmetro a Linha do Preamar Média (LPM), que considera as marés máximas medidas em 1831. Quem tem imóvel nessas áreas paga um luedêmio à Marinha pela ocupação.

ou de atrasar essa votação, porque vai aumentar a arrecadação da União”, disse em entrevista à CNN, na segunda-feira.

Segundo o senador, o valor eventualmente arrecadado com a venda dos terrenos e dos impostos relacionados às transações serão direcionados a um fundo de preservação de praias e de tratamento de esgoto.

O pai do senador, Jair Bolsonaro, em várias oportunidades defendeu que a Costa Verde do litoral fluminense se tornasse uma região aberta a resorts. O ex-presidente em muitas entrevistas disse que gostaria que o local se transformasse na “Acapulco brasileira”.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília



Presidente da CCJ, Alcolumbre compensa oposição por apoio eleitoral

(FD/UnB) e especialista em direito constitucional, Paulo Henrique Blair de Oliveira explica os efeitos da PEC. “O que ela faz, tecnicamente, é o que se chama de direito administrativo de ‘desafetação’: você retira do patrimônio público uma condição de indisponibilidade — porque esse patrimônio era, em princípio, um patrimônio de uso geral e, por isso, não poderia ser concedido de forma exclusiva a nenhuma pessoa, nem mesmo por licitação, exatamente porque ele se destinava esse uso geral”, explica.

## Sem benefícios

Diferentemente de alguns juristas, Paulo Henrique não vê inconstitucionalidade na PEC.

Porém, considera que o texto não beneficiaria as comunidades locais.

“E o impacto do ponto de vista de recursos públicos que vai trazer me parece que vai ser pequeno”, pontua.

Para ele, o principal problema da PEC é a possibilidade de retirar o acesso da população, especialmente das comunidades locais, o acesso às praias.

“As áreas desafetadas estão sendo, precisamente, aquelas que têm uma visibilidade turística maior. Um grande resort poderia, por exemplo, arrematar em um leilão o uso exclusivo de uma determinada praia por 50 anos. E a população que não tem acesso a ela fica excluída do uso da praia”, advertiu.



**Não estamos tratando ou tentando privatizar as praias, ou tentando impedir o acesso de ninguém. Acho que o governo está sendo burro de impedir ou de atrasar essa votação, porque vai aumentar a arrecadação da União”**

**Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), relator da PEC das Praias**

**As áreas desafetadas estão sendo, precisamente, aquelas que têm uma visibilidade turística maior. Um grande resort poderia, por exemplo, arrematar em um leilão o uso exclusivo de uma determinada praia por 50 anos. E a população que não tem acesso a ela fica excluída do uso da praia”**

**Paulo Henrique Blair de Oliveira, professor da Faculdade de Direito da UnB e especialista em direito constitucional**